

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.740 - SP (2019/0020514-0)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : D H DA S (MENOR)**  
**REPR. POR : C R DA S**  
**ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - SP352413**  
**AGRAVADO : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**  
**ADVOGADOS : CELSO DE FARIA MONTEIRO E OUTRO(S) - SP138436**  
**JANAINA CASTRO FELIX NUNES - SP148263**  
**CAMILA DO PRADO MIGUEL - SP377040**  
**CAMILLE GOEBEL ARAKI - SP275371B**

**EMENTA**

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA. AGRAVO CONVERTIDO EM RECURSO ESPECIAL PARA MELHOR EXAME.**

**DECISÃO**

D. H. DA S., representado por C. R. DA S. ajuizou ação de produção antecipada da prova contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (SEGURADORA LÍDER), que homologou a exibição do documento e julgou extinta a presente produção antecipada de provas.

A apelação interposta por D. H. DA S não foi conhecida, nos termos da seguinte ementa:

*DPVA - Apelação - Produção Antecipada de Prova Apelante que busca o em sede recursal, a condenação da suplicada ao pagamento de verba honorária - Inadmissibilidade - Por força do que dispõe o art. 382 e seu parágrafo 4º, do NCPC, só se admite recurso contra decisão que indefere totalmente a produção da prova pleiteada pelo autor, o que não é o caso dos autos. Todavia, ainda, que assim não fosse, afigura-se inadmissível a condenação da demanda ao pagamento de verbas de sucumbência, posto que citada, apresentou a documentação reclamada - Ausência de litigiosidade - Outrossim, não pode passar sem observação que na espécie, o autor ajuizou ação antes de decorrido prazo razoável para a ré dar atendimento ao pedido. - Precedentes jurisprudenciais, inclusive desta C. Câmara Recurso não conhecido. (e-STJ fls. 162)*

Os embargos de declaração interpostos foram rejeitados. (e-STJ fls. 201/107)

Inconformado, D. H. DA S interpôs recurso especial, com fundamento

no art. 105, III, *a e c*, da CF, alegando violação dos arts. 305, 381, 382, 396, 1.009, 82 e seguintes, e 85, § 8º, do NCPC, ao sustentar que (1) a sentença não é homologatória, devendo ser proferida nos termos do art. 487 do NCPC; (2) nos termos do art. 1.009 do NCPC, da sentença cabe apelação; (3) houve resistência da seguradora, pois enviou carta AR pleiteando cópia do processo administrativo do pagamento do seguro DPVAT, e não foi atendido, devendo a ré arcar com o ônus sucumbencial; (4) os documentos pleiteados só foram apresentados com a proposição da demanda judicial; (5) os documentos pleiteados são importantes para juntar em processo do INSS para benefícios previdenciários; para instruir eventual processo criminal de lesões corporais; e para ingressar com indenização ou juntar em processo de seguro de vida; (6) há divergência jurisprudencial; e (7) os documentos pleiteados pelo ora recorrente são de fácil acesso para a ré, não havendo causa para a não apresentação do processo administrativo dentro do prazo estabelecido.

O apelo nobre não foi admitido em virtude (i) da ausência de prequestionamento dos arts. 80, § 8º, e 82 do NCPC; (ii) da impossibilidade da utilização da expressão e seguintes, incidindo a súmula 284 do STF; (iii) da incidência da Súmula nº 7 do STJ; e (iv) de não ter sido demonstrada a similitude fática entre acórdão recorrido e paradigmas.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, D. H. DA S sustentou que (a) houve o prequestionamento da matéria; (b) os dispositivos legais apontados são aptos para desconstituírem os fundamentos do acórdão recorrido; (c) não é caso de incidência da Súmula nº 284 do STF, pois demonstrou a controvérsia e a semelhança dos julgados comparados; e (d) não é caso de incidência da Súmula nº 7 do STJ.

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 334/354).

É o relatório.

DECIDO.

Considerando as razões expostas pelo recorrente, para melhor examinar a controvérsia suscitada, **DOU PROVIMENTO** ao presente agravo para determinar a sua conversão em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de março de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

